Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE COMPROMISSO

ESPÉCIE: Termo de Compromisso que entre si celebram a CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO e a DYSTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, CNPJ nº 48.648.869/0001- 73, no âmbito do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 14044.720145/2019-47. OBJETO: Admissão da responsabilidade objetiva pela prática dos fatos objeto do referido processo, por parte da DYSTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, em troca da concessão, à mencionada pessoa jurídica, dos benefícios previstos na Portaria Normativa CGU n. 155/2024. DATA DE ASSINATURA: 20/02/2025 SIGNATÁRIOS: Pela CGU, VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO, Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União e, pela DYSTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, seu procurador, ALBERTO AFONSO MONTEIRO, OAB/RJ nº 156.581. COMPROMISSOS DA DYSTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, CNPJ nº 48.648.869/0001-73, com fundamento no art. 2º da Portaria Normativa n. 155/2024: (1) Pagamento de multa no valor de R$ 187.180,38 (cento e oitenta e sete mil, cento e oitenta reais e trinta e oito centavos), no prazo de até trinta dias após a publicação deste extrato no Diário Oficial da União; (2) Cessação completa pela pessoa jurídica de seu envolvimento na prática do ato lesivo, a partir da data da propositura do termo; (3) Atender aos pedidos de informações relacionados aos fatos do processo, que sejam de seu conhecimento; (4) Não interpor recursos administrativos no âmbito do processo administrativo em que celebrado o termo de compromisso; (5) Dispensar a apresentação da peça de defesa, quando cabível; e (6) Desistir de eventuais ações judiciais, caso existentes, bem como não ajuizar novas demandas relativas ao processo administrativo ou ao termo de compromisso celebrado. Processo CGU: 00190.101377/2024-71

SECRETARIA EXECUTIVA

DIRETORIA DE GESTÃO CORPORATIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E DOCUMENTAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2025 - UASG 370003

Nº Processo: 00190.108859/2023-71.
Pregão Nº 90010/2024. Contratante: COORD-GERAL DE LICITACAO,CONTR.E DOCUMENTACAO.
Contratado: 05.620.370/0001-45 - SUPERINTEROP SUPORTE EM INFORMATICA LTDA. Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de suporte e de direito de atualização do software citrix virtual apps and desktops premium edition - concurrent user e de serviços técnicos especializados, para a controladoria-geral da união - cgu, nas condições estabelecidas no termo de referência.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021. Vigência: 21/02/2025 a 21/02/2028. Valor Total: R$ 3.046.400,00. Data de Assinatura: 21/02/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 21/02/2025).

Conselho Nacional do Ministério Público

EXTRATO DE ADESÃO (MPF)

Processo: 19.00.4001.0007867/2020-69. Espécie: TERMO DE ADESÃO nº 16/01/2025/CNMP do Ministério Público Federal, por intermédio da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, ao Acordo de Cooperação Técnica nº 31/2022, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Termo de Adesão tem por finalidade a colaboração entre o IBAMA e o CNMP, visando a integração e o compartilhamento de bases de dados e informações para maior eficiência e celeridade na proteção do Meio Ambiente observada a legislação federal pertinente sobre a matéria, no que couber. Data de assinatura: 14/02/2025. Signatários: Paulo Gustavo Gonet Branco, Presidente do CNMP, e Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1° Termo Aditivo ao Contrato nº 23/2024. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa A&M SOLUTION AGÊNCIA DIGITAL LTDA. CNPJ: 34.766.560/0001-73. Objeto: a) a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 12 de março de 2025 a 11 de março de 2026, nos termos da Cláusula Segunda - Vigência e Prorrogação - do Contrato nº 23/2024; b) a alteração da Cláusula Décima do Contrato para a adequação à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD, nos termos do inciso I, artigo 124 da Lei nº 14.133/2021. Vigência: 12/03/2025 a 11/03/2026. Data de Assinatura: 30/01/2025. Valor Total do Termo Aditivo: R$ 634.987,14. Valor Global do Contrato: R$ 1.269.974,28. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração; e pela Contratada, o senhor MARCUS FÁBIO MARTINS MÁXIMO DA SILVA. Processo MPF/PGR: 1.00.000.011159/2019-12.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 03/2025. Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa MURTA GESTÃO E AUDITORIA EM SISTEMA DE SAÚDE LTDA. CNPJ: 08.916.265/0001-46. Objeto: Contratação de serviços de processamento de contas de serviços médicos e odontológicos, incluindo faturamento de contas, glosas, reembolsos e auditorias técnicas relativas à rede credenciada nacional, destinada ao Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público da União (PLAN-ASSISTE) em Brasília. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90035/2024. Valor Total: R$ 3.249.973,68. Vigência: 03/02/2025 a 02/02/2026. Data de Assinatura: 31/01/2025. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração; e pela Contratada, FERNANDO CEZAR MURTA MOREIRA. Processo MPF/PGR: 0.03.000.022921/2024-05.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 15/2025

EXTRATO Nº 15/2025 DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 8/2020 ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato PR/AP n° 8/2020. PROCESSO: 1.12.000.000046/2025-19. CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Amapá-PR/AP, CNPJ: 26.989.715/0009-60 e a empresa MARCO ZERO - SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 12.827.765/0001-89. OBJETO: inclusão da "CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS", do contrato original, com fundamento na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público, na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), no Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e nos demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes. DATA DE ASSINATURA: 21/02/2025. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, da Lei nº 8.666/93. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Resolução CNMP nº 281/2023. Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet). ASSINATURAS: Suely Viana Pontes - Secretária Estadual Substituta, Aloizio Brasil Biguelini - Procurador-Chefe Substituto e Emilly Cristina Pinheiro Amanajás - Sócia Administradora da empresa MARCO ZERO - SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025 - UASG 200066

Nº Processo: 11800001388202451. Objeto: Contratação de empresa com especialidade em prestação de serviços contínuos de fornecimento de café e bebidas quentes em máquina de autosserviço, incluindo o fornecimento de insumos, equipamentos, assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva nas instalações da Procuradoria da República em Goiás (PR-GO) em Goiânia/GO, conforme detalhamentos constantes neste instrumento e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 24/02/2025 das 08h00 às 17h59. Endereço: Avenida Olinda Quadra G, Lote 2, Park Lozandes - Goiânia/GO ou https://www.gov.br/compras/edital/200066-5-90001-2025. Entrega das Propostas: a partir de 24/02/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 12/03/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

ELAINE CRISTINA AGUSTINI VAZ
Pregoeira

(SIASGnet - 21/02/2025) 200100-00001-2025NE000001

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2/2025

Partes: UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS, CNPJ n.26.989.715/0014-27; e o BANCO DO BRASIL S/A, CNPJ n. 00.000.000/0001-91. Objeto: abertura automatizada de contas-depósito vinculadas, previstas na IN n. 5/2017-MPDG. Prazo de vigência: 60 (sessenta) meses. Assinam, pela União, Dra. Lea Batista de Oliveira Moreira Lima, Procuradora-chefe do MPF/GO e, pelo Banco do Brasil, Luana Claudino dos Santos, Gerente de Negócios. PGEA n. 1.18.000.001862/2024-45. Data da assinatura: 21.02.2025.

EXTRATO DE ADITIVO

Contrato nº 6/2024. Contratante: UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS - PR/GO, CNPJ nº 26.989.715/0014-27. Contratada: DEFENSIVA FREITAS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 16.649.674/0001-51. Objeto: Alterações no Contrato original, consistentes em: 1) Repactuação do valor do contrato, cujo valor anual passa a ser de R$ 1.536.034,32 (hum milhão, quinhentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos), com efeitos a partir de 1º/01/2025; 2) Prorrogação da vigência contratual, que passa a ser até 24/05/2026 e; 3) Inclusão de cláusulas de proteção de dados pessoais, conforme LGPD e Resoulão nº 281/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. Assinam, pela Contratante, Gina Lobrígida Mendes, Secretária Estadual da PR/GO; e, pela Contratada, Wellington Ubaldino de Freitas. Aprovação pela Procuradora-Chefe da PR-GO, Lea Batista de Oliveira Moreira Lima. Processo n° 1.18.000.002915/2022- 83. Data da última assinatura: 20/02/2025.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

EXTRATO DE RESCISÃO

Espécie: Termo de Rescisão ao Contrato nº 10/2021, firmado em 11/11/2021; Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Maranhão; Contratada: MBM SEGURADORA S.A; Objeto: Rescisão amigável do Contrato 10/2021, Processo: 1.19.000.000688/2020-52; Fundamento Legal: art. 79, inc. II, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 Cobertura Orçamentária: Elemento 339039; Nota de Empenho: nº 2021NE000198, de 10/112021; Signatários: pela Contratante, Flávio Roberto Martins de Matos, e pela Contratada Toni Robilar Pacheco; Data da assinatura: 21/02/2025.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao contrato nº 12/2024, firmado entre a União, por intermédio da Procuradoria da República em Minas Gerais, e a empresa IRON MOUNTAIN DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 04.120.966/0001-13. Objeto: Alterar a Cláusula Nona - Da Proteção de Dados Pessoais do contrato original em virtude da adequação dos contratos à Resolução CNMP nº 281/2023. Valor: R$ 158.346,00 (cento e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e seis reais). Data da Assinatura: 21/02/2025. Assinam: pela Contratante, ESTHER SILVA BARBOSA, Secretária Regional da PRMG; e, pela Contratada MARIA FERNANDA EGNER CAMPOS, Diretora Financeira e JOÃO PAULO FURLANETO, Diretor de Operações.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 15/2023, firmado entre a União, por intermédio da Procuradoria da República em Minas Gerais, e a empresa BRAVO AR SERVICE COMÉRCIO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 20.982.406/0001-24. Objeto: Alterar a Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência do contrato original de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado da sede da Procuradoria da República no Município de Uberlândia, em virtude da prorrogação contratual, e incluir a Cláusula Vigésima - Da Proteção de Dados Pessoais para adequação do contrato quanto à Resolução CNMP nº 281/2023. Vigência: 02/07/2025 a 01/07/2026. Data da assinatura: 20/02/2025. Assinam: pela Contratante, Esther Silva Barbosa, Secretária Regional da PRMG; e pela Contratada, Israel Luiz Pires, Sócio Administrador.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ESPÉCIE: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MPF/PB Nº 1/2025. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA nº 1.24.000.001474/2024-67. PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA PARAÍBA, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA PARAÍBA (PRPB), e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA. OBJETO: O presente acordo de cooperação técnica objetiva disciplinar a conjugação de esforços entre os celebrantes para a execução do Projeto Empodera, através da qualificação de cidadãos paraibanos para o exercício do controle social. O Projeto Empodera é uma iniciativa do MPPB, MPF, TCE, CGU e CGE que visa capacitar os cidadãos para manuseio dos sistemas eletrônicos das instituições, além de repassar noções de cidadania e integridade. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 1º, inc. XIII, do Decreto nº 11.531/2023. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, compreendida entre 21/02/2025 a 21/02/2026, na forma do art. 183, inc. II, da Lei nº 14.133/2021. DATA DA ASSINATURA: 21/02/2025. SIGNATÁRIOS: Bruno Galvão Paiva, Procurador-Chefe da PR/PB, e Antônio Hortêncio Rocha Neto, Procurador-Geral de Justiça do MPPB.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: 1.35.000.001434/2024-31. Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 2/2022, firmado com a empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA. (CNPJ 78.533.312/0001-58). Objeto: O presente TERMO ADITIVO tem por objeto alterar a redação da CLÁUSULA QUINTA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2022. Fund. Legal: artigo 65, inciso II, "b" da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Data da assinatura: 19/02/2025. Assinam: Rafael Beda Gualda, pela Contratada e Lúcio Mário Mendonça de Góis - Secretário Estadual, pela Contratante.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1° TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N° 02/2021. CONTRATANTE: A União por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Tocantins e a empresa CLARO S/A CNPJ nº 40.432.544/0001-47. OBJETO: Inclusão da Cláusula Vigésima Quinta, Alteração da Cláusula Vigésima Quarta - Do Foro para Cláusula Vigésima Quinta - Do Foro e Alteração da Cláusula Vigésima Quarta, - Da proteção Dos Dados Pessoais, conforme o Ofício nº 61/2024/UPDP/MPF, SIGNATÁRIOS: Georgete Cardoso Pereira Maia, pela Contratante, Hider Vinicius Goeking, pela Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2° TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N° 05/2022. CONTRATANTE: A União por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Tocantins e a empresa HZ MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ nº 19.31.587/0001-63. OBJETO: Alteração da Cláusula Décima - Da proteção Dos Dados Pessoais, conforme o Ofício nº 61/2024/UPDP/MPF, SIGNATÁRIOS: Georgete Cardoso Pereira Maia, pela Contratante, Herbeth evangelista Ferreira, pela Contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE EXTINÇÃO

Espécie: Termo de Extinção do Contrato nº 18/2024 - MPM. Processo nº 19.03.0014.0000210/2024-34. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: SELECT PRIME SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 28.368.406/0001-40. Objeto: Extinção do Contrato de prestação de serviços de recepcionista, para atender a Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo/SP a partir de 19 de fevereiro de 2025. Fundamento legal: art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Data de assinatura: 14/2/2025. Assinam: Antônio Carlos Alves Coutinho, Diretor-Geral, pelo MPM.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO_ADITIVO. Sétimo Termo Aditivo do Contrato Administrativo n.º 27/2022, pactuado o objeto de serviços continuados de limpeza e conservação, copeiragem, recepcionista e telefonista, com fornecimento de mão de obra e todos os materiais, utensílios, uniformes e insumos necessários e adequados a execução dos serviços para a Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, incluindo a sede, anexo e PTM de Caruaru, com a empresa SERCOSERV SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP, CNPJ 08.717.223/0001-86. Processo: 20.02.0600.0001250/2022-45. Objeto do Termo: o acréscimo de um posto de limpeza e conservação na Procuradoria do Trabalho no Município de Caruaru/PE. Novo Valor Contratual: R$ 477.465,60 (quatrocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos). Assinam: pela contratante, ANA CAROLINA LIMA VIEIRA, Procurador(a)-Chefe da PRT 6ª Região, e pela contratada, Ademar Corrêa de Moraes, Sócio- Proprietário, em 20/02/2025.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2022; Contratante: União/Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional Trabalho 10ª Região; Contratado: PROFORCE TERCEIRIZAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI. Objeto: Alterar o objeto principal do ajuste, incluindo um posto de trabalho de oficial de manutenção predial, um posto de ajudante geral de manutenção e reparo e suprimindo dois postos de carregadores. Após as alterações, o valor total do contrato passará a corresponder à quantia de R$ 1.699.309,50 (um milhão, seiscentos e noventa e nove mil, trezentos e nove reais e cinquenta centavos); Notas de Empenho: 2025NE000092, 2025NE000093 e 2025NE000094. Data da assinatura: 30.01.2025; Signatários: Pela Contratante, Dra. Paula de Ávila e Silva Porto Nunes e pela Contratada, Maria Ana Celia Oliveira.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2025. Signatários: MPT/PRT13ª Região e o CREA/PB. Objeto: conjugação de esforços, pelos órgãos envolvidos, em busca da consecução dos seus objetivos e metas institucionais, comprometendo-se os seus signatários a emprestar todo o apoio possível, adequado e necessário à implementação do aperfeiçoamento das ações fiscalizadoras e o acesso "on line" da PRT13 aos dados das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) das empresas e dos profissionais atuantes nas obras e serviços de engenharia, visando, também, à valorização do exercício profissional nas áreas de atuação do CREA/PB. Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar de sua publicação no DOU, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo. Assinam: Rogério Sitônio Wanderley, Procurador-chefe da PRT13a Região e Renan Guimarães de Azevedo - Presidente do CREA/PB. Data da Assinatura: 20/2/2025.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025 - UASG 200095

Nº Processo: 1400.0000764/2024. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação (com fornecimento de material e emprego de equipamentos necessários à execução dos serviços), Copeiragem (englobando fornecimento de material) e de Recepção nas dependências da Procuradoria do Trabalho do Município de Rio Branco, Estado do Acre.. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 24/02/2025 das 09h00 às 15h00. Endereço: Av. Presidente Dutra, 4055, Bairro Olaria, Olaria - Porto Velho/RO ou https://www.gov.br/compras/edital/200095-5-90001-2025. Entrega das Propostas: a partir de 24/02/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 12/03/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras.

RODRIGO GOMES NOGUEIRA
Equipe de Apoio

(SIASGnet - 21/02/2025) 200095-00001-2025NE000001

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 3/2025

Partícipes: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO/MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e o BANCO DO BRASIL S.A. PGEA 20.02.2200.0000017/2025-15. Objeto: regulamentar o estabelecimento, pelo BANCO, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pelo PRT22, bem como viabilizar o acesso do PRT22 aos saldos e extratos das contas abertas. Fundamento Legal: Art. 75, Inciso XI, da Lei 14.133/2021. Vigência: até 19/02/2025 a 19/02/2030, prorrogável até 10 anos. Data e assinatura: 19/02/2025. Natália e Silva Azevedo, Procuradora-Chefe da PRT-22ª Região e Flávio Felipe Matos de Araújo, Gerente do Banco do Brasil S/A.

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 272/2024

Termo de Credenciamento nº 272/2024, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e SCREMIN ODONTOLOGIA LTDA, CNPJ: 30.852.710/0001-00 , para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 0.03.000.005370/2024-15. Vigência: 22/08/2024 a 21/08/2029. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado FERNANDO RICARDO SCREMIN (Responsável Legal).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 401/2024

Termo de Credenciamento nº 401/2024, celebrado entre a União Federal, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, e a CLÍNICA DA COLUNA VERTEBRAL SPINE CENTERLTDA (ORTHO SPINE). Objeto: prestação de serviços médicos. Processo: 0.03.000.002422/2025-74. Vigência: 21/02/2025 a 21/02/2030. Assinaturas: pelo credenciante, Sandra Cristina de Araújo e Herbert Dutra da Silva, e, pelo credenciado, Abel Ferreira Carneiro.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 53/2025

Termo de Credenciamento nº 53/2025, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o AVANCE SAÚDE E PERFORMANCE LTDA, CNPJ: 48.048.951/0001-67, para prestação de serviços médicos e paramédicos. PGEA: 0.03.000.003580/2025-41. Vigência: 14/02/2025 a 13/02/2030. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado VICTOR HENRIQUE DA NOBREGA MADELA (Sócio).

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 145-TCU/SEPROC, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

TC 038.347/2021-0.

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO SEVERINO SOARES DOS SANTOS, CPF: 449.323.244-72, do Acórdão 774/2024-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Augusto Nardes, Sessão de 6/2/2024, proferido no processo TC 038.347/2021-0, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento de multa (art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992), no valor de R$ 10.000,00, fixando o prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da multa aos cofres do Tesouro Nacional, a qual será atualizada desde a data do Acórdão 774/2024-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Augusto Nardes, Sessão de 6/2/2024, até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico https://divida.apps.tcu.gov.br.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

LUCIANE VIDAL FERNANDES
Chefe de Serviço
Substituta

EDITAL Nº 144-TCU/SEPROC, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

TC 038.347/2021-0.

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO MANOEL TOMÉ CAVALCANTE NETO, CPF: 485.122.064-20, do Acórdão 774/2024-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Augusto Nardes, Sessão de 6/2/2024, proferido no processo TC 038.347/2021-0, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o(a) a recolher aos cofres do Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 20/2/2025: R$ 492.692,72. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R$ 45.000,00 (art. 57. da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico https://divida.apps.tcu.gov.br.